

A identidade regional na imprensa viseense – 1959 a 2011.

Sedimento e Estado Novo

Regional identity on Viseu's press – 1959-2011. Sediment and Estado Novo

http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_2_13

Resumo:

Em Portugal continental, são frequentemente definidas duas grandes tipologias identitárias territoriais: a local e a nacional. O discurso quotidiano não se revela coincidente com esse pressuposto. Daqui nasceria a tese de doutoramento que sustenta este artigo. Pretendeu-se, portanto, identificar e caracterizar a eventual existência de identidades regionais em Portugal, no caso particular dos territórios associados a Viseu para o período entre 1959 (extinção das Províncias) e 2011 (esvaziamento legislativo dos Distritos). Serão traçadas aqui algumas linhas essenciais desse trabalho, resultantes sobretudo da análise de conteúdo sobre a produção discursiva da imprensa regional viseense, no caso do *Jornal da Beira* e do *Notícias de Viseu*. Constatou-se a existência de identidades regionais caracterizadas como sedimento *comemorativo* orientado no sentido do seu criador, o Estado Novo, cujo ideário regional se mantém presente ao longo do período democrático.

Palavras-chave: Identidade Regional Portuguesa, Imprensa Regional Viseense, Identidade Legitimadora, Centralização Estatal, Província e Distrito, Regionalização.

Abstract:

In continental Portugal two major territorial identity types are often defined: local and national. However, the reoccurring daily speeches does not follow that assumption. These are the main lines in the doctoral thesis that sustains this text: to identify and characterize the possible existence of regional identities in Portugal, in the particular case of the associated territories to Viseu for the period between 1959 (extinction of Provinces) and 2011 (legislative end of Districts). This work mainly results from the content analysis of the Viseu regional press, in the case of the *Jornal da Beira* and *Notícias de Viseu*. From this study, it was observed that there are regional identities characterized as a memorial sediment oriented in the direction of its creator, the Estado Novo, whose regional ideology remains present throughout the democratic period.

Keywords: Portuguese regional identity; regional press in Viseu; legitimizing identity; centralization; portuguese Provinces and Districts; regionalization.

A metáfora oceânica e a identidade regional

A expressão da identidade regional na imprensa viseense no período balizado entre 1959 e 2011 é a matéria identitária aqui em estudo e será entendida à luz de um contexto metafórico que lhe permitirá estear-se com alguma solidez. O cenário em que mergulha o nosso campo de análise será um megaoceano global de marés agitadas cuja superfície iluminada impede o fácil vislumbre de quaisquer elementos estáveis, aparentemente diluídos nas águas. Esta metáfora inspirada nos conceitos de Modernidade Líquida de Bauman (2006: 2) de Nevoeiro de José Gil (2008: 12) e de Invisibilidade de Innerarity (2009: 51) pretende traduzir a complexidade do contexto social contemporâneo caracterizado pela grande visibilidade e pela enorme volatilidade. Ainda assim, para o nosso estudo, aceita-se ser possível surpreender aí padrões identitários bem definidos, que podem ser descritos como correntes de profundidade nesse oceano global. Elas devem ser perscrutadas com atenção. Os processos construtivos das identidades

são seguramente resultado ou tradução de algumas dessas correntes. A sua identificação resultou do entendimento prévio – no nosso ponto de vista suficientemente suasório – da inevitável aceitação de limites (na sua aceção mais lata) para qualquer manifestação identitária, seja qual for o momento ou a escala em análise. Assim, refletindo precisamente sobre a problemática do limite, percebe-se na fronteira a inevitabilidade da existência de uma matéria autoral (a “referência” produtora do limite, sujeito de um agir demarcatório identificável) a “par de elementos de imprevisibilidade e dispersão (a “contingência”)” (Martins, 2008: 23) que podem ser entendidos como circunstâncias que operam a par da ação demarcatória, não necessariamente no mesmo sentido. A tensão entre os dois elementos, numa perspectiva de continuidade, no “progressivo”, será “constitutiva” da fronteira. Na senda de David Justino (Justino, 2011: 63) e José Esteves Pereira (2011: 65), apurou-se a existência clara de duas grandes correntes autorais, a Estatal e a Nacional, operando frequentemente a primeira como protagonista na imposição de uma “ordem”, na preservação

da memória e na identificação de um propósito (Justino, 2011: 63). No nosso estudo, o processo de construção identitária regional foi analisado a partir dessas duas grandes correntes construtivas, aqui traduzidas em duas expressões do seu agir: a ação demarcatória estatal e o discurso identitário da imprensa regional.

Esboço de uma tipologia identitária regional para o caso em estudo

Da leitura dos resultados da análise de conteúdo realizada e do verificável frenesim da ação demarcatória estatal (Simões, 2015)¹, é possível afirmar a plausibilidade da existência de um sentir regional que persiste no tempo, apesar das contínuas alterações demarcatórias frequentemente diversas das consagradas por esse

¹ Estaremos perante um excesso labiríntico de desconcentração centralizadora, como se pode atestar exemplarmente na análise de José Rocha quando identifica, em 2005, setenta e quatro “diferentes formas enumeradas de organização espacial da administração pública do Estado” relativas aos “serviços desconcentrados dos diversos Ministérios” (Rocha, 2005: 55).

sentimento. Tal existência memorial é instantaneamente evidenciada pelo grande número registado de referências a demarcações anteriores ao regime democrático e de enunciações imprecisas como “a nossa região” ou a “região de Viseu”. De facto, o discurso regionalizante estatal – que culmina frequentemente na delimitação quase compulsiva de dezenas de demarcações pouco funcionais –, no que concerne à cartografia dos limites regionais, raramente corresponde ao discurso presente na imprensa regional. Essa não coincidência entre a ação central e o discurso mediático de proximidade, no mesmo momento, revela um sentir identitário regional distante da ação demarcatória administrativa frequentemente verificada. Consta-se, portanto, a coexistência de novas demarcações políticoadministrativas com regiões identitárias de raízes anteriores ao período estudado. Deste modo, para as fronteiras regionais identitárias, confirma-se um carácter tão intensamente gravado que estas tendem a persistir, revelando um perfil de resistência ao seu apagamento. Por outro lado, as demarcações administrativas tendem a manifestar

uma profunda oscilação e efemeridade sem tradução significativa no discurso identitário da imprensa regional. Portanto, somos levados a assumir, para o território e período estudados, que o ato demarcatório estatal após 1959 apresenta dificuldades em se instituir como reificador de fronteiras, não espelhando claramente os limites configurados no tempo histórico. A hipervisibilidade de uma luta descentralizadora estatal oculta aparentemente uma realidade absolutamente contrária: um claro reforço da centralidade por parte dos sucessivos governos desde 1959, sem exceção operativa verdadeiramente digna de nota. Tal não é inesperado, pela própria teorização do ato de demarcar, na senda de Pierre Bourdieu (1989: 113), quando refere que delimitar será sobretudo um ato de sacralização do seu autor.

Pelo discurso identitário da imprensa regional estudada, foram então reveladas as fronteiras beirã e distrital, que encontram na cronologia o reforço da sua própria existência, também pelo cumprimento estrito das três dimensões teóricas da relação da fronteira com a temporalidade: a *interparadigmática*, a *paradoxal* e

a de *concretização multiforme* (Cruz, 2006). Num traço explicativo, as fronteiras marcadas no discurso identitário da imprensa regional cumprem a dimensão *interparadigmática* ao atravessarem sucessivas padronizações, coexistindo com elas e resistindo mesmo a uma mudança radical do regime político sem perder a sua operatividade. Cumprem também a segunda dimensão, a *paradoxal*, ao realizarem-se paradoxalmente enquanto limitação e ilimitação², impossibilitando a sua ultrapassagem. Daí revelam também um perfil de resistência ao apagamento, na medida em que, apesar de limite, são também um espaço tendente para a abertura³. Estas fronteiras cumprem

2 Servem para aqui os conceitos de *border* e de *frontier*, perfeitos exemplos do funcionamento paradoxal da fronteira enquanto limitadora e como tendente para a ilimitação. *Border* será entendida como limite estabelecido de um país, enquanto que a *frontier* remete para a ilimitação, como no caso dos Descobrimientos Portugueses ou da *American Frontier* que, mais do que limitadora, compele os pioneiros ao seu alargamento.

3 As inúmeras agremiações beirãs espalhadas pelo país e pelo estrangeiro servirão de exemplo claro para ilustrar esse carácter paradoxal da fronteira regional beirã que tende para a ilimitação, para a desmultiplicação, não se confinando a identidade beirã ao interior dos seus limites.

ainda com a terceira dimensão, de *concretização multiforme*, uma vez que a elas corresponde não apenas uma linha, mas uma miríade de dimensões humanas, tidas como comuns no seu interior, desse modo aceitando a passagem do tempo e as alterações que ele acarreta.

Referimo-nos então a uma dualidade constatável de coexistência de limites identitários e de limites administrativos. Por um lado, no discurso da imprensa regional, temos a existência de regiões enunciadas, autorreferenciais de matriz histórica e de frequente argumentação étnica; por outro, temos a ação administrativa central de valores políticoadministrativos, sujeita a oscilações constantes, como que alheadas desse sentir nacional.

Aqui convirá também referir as dualidades caracterizadoras do viver nacional português (Norte-Sul, Litoral-Interior, etc.), na medida em que nelas assentará uma busca constante de identidade, como se dessa dicotomia resultasse uma necessidade de precisão e que, também por isso, vai legitimando a ação do Estado como entidade suscetível de impor uma “ordem”. David Justino diria mesmo

que “a Nação não é suficientemente forte e coesa para o fazer” (2011: 63), reforçando esse lugar do Estado como um dos grandes protagonistas desse trabalho de construção e ordenação identitária. A leitura que aqui fazemos das suas palavras remete-nos, portanto, para a aceitação de um lugar de grande destaque do Estado na construção identitária portuguesa, ainda que não incorrendo no absurdo de lhe atribuir a exclusividade da função.

Nesse sentido, considerando esse discurso estatal demonstradamente ativo na demarcação por decreto, com facilidade se poderia esperar a existência de uma construção identitária muito próxima de uma identidade legitimadora⁴, como referida por Castells,

4 De acordo com o autor, identidade legitimadora será aquela que é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (Castells, 1999: 24). Na sua teorização, haverá ainda a identidade de resistência (“criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos”) e a de projeto (“quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de

ainda que salvaguardando-se os pressupostos de que “nenhuma identidade pode constituir uma essência e nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora do seu contexto histórico” (Castells, 1999: 24). Ou seja, nada exclui a possibilidade de uma transformação identitária, aceitando-se, na senda do autor, que aquilo que começa como identidade de resistência, se possa transformar em projeto e, posteriormente, em identidade legitimadora como forma de “racionalizar a sua dominação” (Castells, 1999: 24). No caso do nosso estudo sobre a produção estatal, foram-se repetindo as evidências de estarmos em presença de um registo identitário de marcas características desse terceiro tipo legitimador. A esse respeito é conveniente perscrutar novamente Castells quando descreve a identidade legitimadora como dando origem a uma sociedade civil, a um conjunto de organizações e instituições, “bem como uma série de atores sociais estruturados e

material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”).

organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” (Castells, 1999: 24-25).

Aqui residiu um dos problemas mais pertinentes do nosso estudo e que convirá esclarecer. De facto, a análise da contínua ação demarcatória estatal apontaria para essa tipologia identitária, para a possibilidade de estarmos perante identidades correspondentes a demarcações criadas por decreto, não ligadas a uma exclusiva ação social comunitária, mas sobretudo a uma intensa atuação do centro decisor. No entanto, tal não é verificável através da produção discursiva identitária regional coeva analisada. Ou seja, a identidade regional evidenciada no discurso dos *media* estudados não apresenta correspondência ou relação direta com a ação estatal demarcatória de 1959 a 1974 e, muito menos ainda, no período democrático na nossa janela temporal. Esta situação poderia surgir como primeiro argumento para a clara contradição ou negação dessa tipologia identitária legitimadora.

Um segundo argumento contrariador da possibilidade de estarmos

perante uma identidade legitimadora poderia prender-se com a tipologia do regime democrático vigente. Por outras palavras, considerando a existência de uma democracia representativa, seria expectável que o discurso estatal devesse corresponder, em hipótese, a um sentir nacional emanado das bases sociais, ou seja, as ações demarcatórias poderiam corresponder aos sentimentos regionais da Nação.

Tal problemática não carece de jogos de azar para se encontrar uma solução eficaz. Para o primeiro argumento, as demarcações de matriz identitária mais persistentes, ou são imprecisas, ou encontram a sua origem num passado histórico e, sobretudo, no momento de menor representatividade democrática, ou seja, no Estado Novo, o que se revela perfeitamente compatível com os pressupostos de uma identidade legitimadora para aquele período. Quanto ao segundo argumento, a ação representativa do Estado da III República tem apresentado profundas dificuldades, pelo que a evocação da democracia não se revelará suficiente para se aceitar as suas medidas como absolutamente próximas do sentir das comunidades. Com efeito, o Estado em Portugal tem

sido caracterizado como labiríntico e extraordinariamente centralizador, com dificuldades em respeitar posições entre Centro e Periferia. Aliás, o caso português encontra mesmo fortes proximidades com a teorização de Castells para a identidade legitimadora, dado o lugar macrocéfalo do centro decisor ao longo de toda a História, sendo hoje pacífico o reconhecimento do papel central predominante do Estado em Portugal (Ruivo, 2000: 44). Aqui convirá recordar o explanado por Fernando Ruivo a respeito dos três pilares da regulação do projeto sociocultural da modernidade (o Estado, o mercado e a comunidade). No seu entender, no caso português, o Estado terá assumido sempre uma posição de extraordinário destaque e centralidade, sendo os mercados por si tutelados e as comunidades caracterizados por dificuldades de concretização (2000: 45).

Por tudo isto, não é de todo inverosímil aceitar as profundas marcações identitárias regionais detetadas nos periódicos viseenses (Simões, 2015: 267-269), como resultantes de um processo de demarcação estatal legitimador e sacralizador, mas de um outro momento. As evidências emergentes

dos dados apontam a atenção para os traços de continuidade do discurso regionalizante de teor *comemorativo*, como se a região se instituisse como elemento intrínseco à própria existência do Estado, melhor ainda, como resultado processual da inevitabilidade genética da estrutura estatal anterior ao regime democrático.

Da análise de conteúdo realizada (Simões, 2015), poderão então ser inferidas características de anamnese no seu perfil mais pragmático, como preconizava Fernando Catroga. De facto, é possível perceber nessa *co-memoração* de identidades provinciais ou distritais, nessa permanência sedimentar, quase ritual, de carácter retrospectivo, uma dimensão teleológica que visa apaziguar, como já havíamos visto, “o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente” (Catroga, 2001: 20). Tal permanência é confirmada pela presença contínua de uma evidenciada memória regional traduzida em identidades regionais não correspondentes às demarcações operativas de cada momento e pelo aparente alheamento face às decisões administrativas, como se estas fossem exteriores à existência

das comunidades. Nos momentos de discussão mais ampla, mais aberta à periferia e fora dos círculos do poder central, recuperam-se sistematicamente as mesmas linhas identitárias de tom anacrónico, sedimentar. Desse modo, perde também intensidade o argumento contrário a uma identidade legitimadora baseado numa leitura superficial dos dados da análise de conteúdo. De facto, os dados revelaram que, sempre que confrontada com a possibilidade de discussão pública, a periferia reativa elementos discursivos sedimentares apropriados a partir de determinadas criações estatais de delimitação. Será uma reserva de sentido que, no período estudado, é mobilizada sempre que a região se vê de algum modo confrontada, revelando em si mesma a presença marcada dos traços identitários regionais que, no caso, se identificam largamente com os do ideário do Estado Novo. Nesta aceção, os traços identitários regionais da Beira podem mesmo funcionar num sentido metafórico, sendo entendidos como parte de um sedimento memorial comum que, quando agitado, se eleva em suspensão no tal oceano da liquidez, dessa forma operando como *comemoração* capaz de

conferir sentido a uma existência grupal que assim se reifica.

O carácter sedimentar da identidade regional em estudo

Temos então, por um lado, uma profusa ação demarcatória estatal evidente no período após 1974 que não se corporiza facilmente em construção identitária, quiçá revelando profundas dificuldades de afirmação do regime democrático, verdadeiramente incapaz de se descentralizar. Por outro lado, verifica-se a existência marcada de identidades regionais aparentemente de resistência, mas resultantes de ações legitimadoras, quase que se traduzindo numa absoluta incorporação do discurso estatal do Estado Novo e que vai marcando os anos que lhe sucederam. Estaremos, de algum modo, perante fenómenos de resistência ao apagamento de traços identitários de raiz legitimadora.

A este propósito, convirá realçar que a identidade regional detetada, muito raramente é utilizada para esgrimir argumentos de dissensão ou de

contestação da autoridade do poder central, caracterizando-se mais por ser incorporada numa tipologia muito particular de nacionalismo, à semelhança do que sucedia no Estado Novo. O argumento da identidade regional é frequentemente utilizado como autorreferencial e incorpora em si mesmo os valores nacionais. Mesmo quando são rejeitadas propostas de demarcação administrativa, é frequente a alusão à identidade beirão como garantia do bom português, nunca questionando a unidade nacional, de modo análogo ao período antes da Revolução de Abril. Na verdade, o número de ocorrências discursivas na imprensa regional, claramente desfavoráveis a propostas ou medidas governamentais, é extraordinariamente reduzido. De alguma forma, confirma-se a natureza desses traços identitários: de origem no Estado Novo, as identidades regionais beirãs identificadas são também e ainda elemento “pela Nação”, marca sedimentar que continua a operar no mesmo sentido em que operava durante o anterior regime político português. Nesta aceção, o discurso da identidade beirão revela-se dotado de um carácter não disruptivo que muito contribui para o entendimento da

sua permanência. Na realidade, para além de assentar no simbolismo herdado do Estado Novo, ele identifica-se como sendo o genuíno sentir do povo português. Ou seja, a Nação continua a ser um elemento fundamental para a afirmação da sua especificidade/especialidade identitária. A aceitar-se esta posição e dada a permanência de clara identidade regional, naturalmente que se torna plausível o mesmo fenómeno para a demarcação distrital, ou mesmo para os traços regionalistas tidos como imprecisos de que são exemplo expressões como “Região de Viseu” ou “a nossa Região”.

Na senda da percepção das correntes de profundidade identitárias a que nos propusemos, será agora possível marcar com maior precisão a existência desse sedimento de identidade regional legitimadora. No entanto, face a uma realidade políticoadministrativa que repetidamente busca afirmar uma centralidade autoral, incorrendo num excesso de produção demarcatória de elevada opacidade, verifica-se a existência de um discurso que, até do ponto de vista político e académico aceita a plausibilidade de se considerar a inexistência de realidades identitárias regionais.

Será interessante aqui atender ao artigo de Moisés de Lemos Martins, questionando sobre a natureza mitificadora do discurso da regionalização, nomeadamente se é da ordem da tradição portuguesa ou se resulta da “acomodação estratégico-política, no contexto de mundialização de cultura” (Martins, 1991: 205). Na sua perspectiva, deverão ser entendidos dois grandes polos na dinâmica da realidade nacional, o Centro e a Periferia. Pelo verificado no presente estudo, consideramos poder trazer algum contributo ao seu raciocínio. Na verdade, essa dinâmica nacional é visível e notória, aceitando-se esse lugar maior do centro administrativo, bem à maneira do preconizado pelo Estado Novo. No entanto, a continuidade discursiva da enunciação regional percorre as linhas da administração e do discurso de proximidade dos *media* regionais, sendo inevitável considerar a plausibilidade da aceitação dessa poliédrica dinâmica identitária regional como coexistindo com fortes sentimentos nacionais e locais, pelo menos no que à identidade territorial concerne.

A toada de alguma produção académica a propósito da problemática identitária portuguesa tem assumido

como quase exclusiva a existência de identidades locais e nacionais, para além das outras óbvias manifestações identitárias pessoais e sociais inevitáveis. Sérgio Claudino serve aqui como primeiro exemplo, dada a particular ambivalência operativa do seu discurso. Baseando-se nos acontecimentos “que marcam a evolução da população de Portugal peninsular” como a emigração acentuada dos anos 60, o êxodo rural para o litoral, o regresso de centenas de milhares de “retornados” e mesmo a acentuada vaga de imigrantes dos anos 90, assume-se ser possível considerar uma “diluição das identidades regionais” (Claudino, 2006: 111).

Tal posição tem efetivamente vindo a ser defendida de forma insistente por outros autores, como Mendes (2001: 511), Oliveira (1996: 19) ou Gaspar (1993: 15). No entanto, no tal posto ambivalente, Claudino apresenta elementos que não devem ser postos de parte e que nos parece que são por si considerados com alguma ligeireza, minimizando claramente o impacto e os efeitos da inculcação ideológica do Estado Novo. Salienta que, antes da extinção das Províncias em 1959, “Amorim Girão (1958) povoara o continente de

estereótipos regionais, como as seareiras alentejanas, o pastor beirão ou o pescador minhoto”. Refere ainda que “Orlando Ribeiro (1957) reconheceu que as províncias constituem, sobretudo, unidades de identificação “sentimental” dos portugueses, assumindo também que os Distritos, “apesar de divisões heterogéneas, adquiriram alguma tradição” (Claudino, 2006: 111). Assim, a Província teria sido alvo de uma profunda campanha de construção discursiva pela ação dos movimentos regionalistas, do Estado e dos próprios intelectuais, muito para além da já referida ação do próprio sistema educativo e também por si mencionada. Tais evidências contribuem claramente para a corroboração da validade dos nossos resultados da análise de conteúdo onde se evidencia essa permanência e a não diluição da identidade regional – no mínimo, para o caso em estudo – em torno das referências de Província e de Distrito.

É aceitável, portanto, que apesar de todos esses acontecimentos referidos como potencialmente erosivos, a matriz identitária regional não se tenha dissipado, pelo menos na totalidade. Daqui advém um aspeto que

consideramos ser óbvio e, no entanto, ainda assim dotado de pertinência digna de menção: o impacto de décadas de Estado Novo continua a carecer de continuada análise cuidadosa, sobretudo no que ao tecido social português diz respeito e no que à sua identidade e valores concerne. No caso, esta aceitação do caráter sedimentar da identidade regional ultrapassará mesmo o próprio regime ditatorial, uma vez que a existência regional apresenta raízes históricas consideráveis, pelo que o aceitar da sua completa obliteração será, no mínimo, arriscado. A minimização da profundidade da ação doutrinadora do Estado Novo pode mesmo aproximar-se de um perigoso processo de esquecimento ou de reescrita que roça os revisionismos que muitas vezes vão proliferando no mundo ocidental em face à sua História mais recente. De facto, pelas palavras de Fernando Rosas, é reconhecido que o Estado Novo se empenhou ativamente em executar um “projeto totalizante de reeducação dos “espíritos”, de criação de um novo tipo de portuguesas e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador”. Esse

empenho seria de tal ordem que, “longe de se limitar a ser proclamado, ou de se restringir à formação do “escol”, foi levado ao espaço e às sociabilidades privadas da massa, procurando modificar de raiz, e em extensão, os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua gestação” (Rosas, 2001: 1032).

O investimento numa construção simbólica totalizante durante o Estado Novo pode ser descrito, ainda pela pena de Fernando Rosas, a partir de sete mitos ideológicos que descreve como “mito palingenético” (ou mito do recomeço, da regeneração trazida pelo regime), o “mito do novo nacionalismo” (a afirmação de que, pelo Estado Novo se cumpria o verdadeiro e genuíno destino da Nação), o “mito imperial” (a crença na missão portuguesa de colonizar e evangelizar, “continuando a gesta heroica dos nautas, dos santos e cavaleiros”), o “mito da ruralidade” (referindo-se às virtudes de uma ruralidade tradicional sem obsessões com a miragem do enriquecimento), o “mito da pobreza honrada” (a ideia de *aurea mediocritas* e do conformismo da felicidade possível), o “mito da ordem corporativa” (a ideia de uma espontânea hierarquia

social antiliberal) e o “mito da essência católica da identidade nacional” (Rosas, 2001: 1035-1036). Este ideário ganhará particular dimensão com a ação da “política do espírito” de António Ferro, cuja ação sobre essa “matéria-prima da alma dos homens e da alma dos povos” associada ao “aparelho da educação nacional” abarcará o mais possível a totalidade do sentir do povo português. A sua ação combinada sobre todas as valências da cultura e da arte nacionais⁵ e até sobre a própria imprensa regional, não podem ser relegadas para um campo da inconsequência ou da minimização dos seus efeitos a longo prazo.

A construção ideológica do arquétipo regional, a figura do beirão, excede a do mero habitante desse território, podendo considerar-se como “um verdadeiro paradigma do homem modelo do Estado Novo, partilhando de forma absoluta do seu quadro de valores” (Simões, 2005: 137). Essa carga simbólica é ainda dotada de um regime de reproduzibilidade que pode ajudar a esclarecer a sua aparente persistência. O investimento simbólico no

ideário que se espelha nessa figura-tipo é, pois, tido como deliberado, sendo evidente o “propósito de fabricar, pela força, sem alternativa, violentando os espaços tradicionais da privacidade ou da autonomia, um novo ser virtuoso que fosse o suporte da defesa e da reprodução da “ordem nova” (Rosas, 2001: 1054). Será nesse mecanismo autorreprodutor e no investimento da construção simbólica que poderemos encontrar as primeiras razões para a suspeita deste perdurar do sedimento de identidade de raiz legitimadora verificada.

Notas prospetivas para a identidade regional em estudo e o lugar da imprensa regional

As conclusões relativamente a esse perdurar da matriz identitária regional do Estado Novo podem afigurar-se parciais quando entendidas de forma absoluta e imutável, devendo ser matizado algum estranho equívoco a propósito da imutabilidade dos traços identitários, mantendo-se sempre presente a ideia da natureza construtiva e poliédrica

⁵ A esse propósito veja-se também Rosmaninho (2008) e Santos (2008).

das identidades (Mendes, 2001: 490-491). Atendendo-se à evolução dos dados revelada pelo nosso estudo, verificámos que há efetivamente evidências desse processo transformativo da identidade regional. A hipótese de trabalho levantada para a análise de conteúdo – a aceitação da existência de identidades regionais que poderão ser encontradas como sedimento *comemorativo* orientado no sentido do seu criador estatal – encontrou também neles a sua validação, aceitando-se, portanto, como verificada essa fragmentação gradual de identidades regionais que se revelam sedimentares e *co-memorativas* do demarcador Estado. De facto, como vimos, tais identidades encontrarão a sua autoria na delimitação estatal e confirma-se certa tendência para alguma mutabilidade, como será de esperar de qualquer processo identitário. Não escamoteando essa constatação da presença de identidades regionais de origem no Estado Novo, em particular nos momentos de maior discussão pública, foi também constatada uma gradual redução das suas ocorrências numa dimensão mais macroscópica, acompanhada de um aumento das ocorrências de reivindicações regionais de

natureza imprecisa e de um aumento de ocorrências favoráveis a demarcações como as Comunidades Intermunicipais.

Se, de acordo com Castells, se pode verificar um movimento transformador de sentido Resistência-Projeto-Legitimação, configura-se como plausível, pelos dados, a aceitação, ou, pelo menos, a ponderação da hipótese de se começar a assistir a uma identidade regional de projeto a partir de uma base legitimadora, como se pode verificar pela considerável aceitação das Comunidades Intermunicipais, onde a periferia, ainda que na sua dimensão de poder local, se pronuncia sobre preferências de agrupamento, podendo escolher qual a comunidade a que deseja pertencer. No entanto, tal assunção carece ainda de validade histórica, dada a proximidade temporal deste estudo, assumindo-se aqui apenas como projeção possível.

Verificando-se, por um lado, a clara expressão de resistências identitárias de origem legitimadora e, por outro, a contínua ação construtiva de qualquer fenómeno identitário, convirá agora assentar posições sólidas no que à imprensa regional e ao seu papel concerne, neste tracejar de uma cartografia identitária regional.

Sendo plausível a constatação da existência de identidades regionais de tipo legitimador, é também aceitável a ponderação da sua mutabilidade a partir de um jogo entre fenómenos erosivos e construtivos. Considerando a elevada ação demarcatória estatal sobretudo para o período democrático, terá inevitável cabimento a possibilidade de uma gradual modificação dos valores identitários de raiz histórica, em particular de origem no Estado Novo e a sua transformação ou mesmo eventual substituição. Além disso, reforçará esta posição a certeza que o processo identitário não se fabrica exclusivamente por decreto e que resulta sempre da combinação da ação de todos os agentes envolvidos. A contínua mudança legislativa ou o incremento da comunicação global serão certamente alguns dos contribuidores para expectáveis alterações identitárias em vários sentidos. Serão disso exemplo as novas Comunidades Intermunicipais de crescente adesão pelo sentir regional (como confirmado pela nossa análise de conteúdo), acompanhadas de fenómenos de *marketing* territorial associados muitas vezes a rituais *co-memorativos* de matriz histórica fortemente mitificada.

Tais processos podem-se verificar, para o caso viseense, no retomar das celebrações do Dia de Viriato em 2014, 80 anos depois da sua extinção, ou até na campanha que visa a aceitação e oficialização do nascimento de Afonso Henriques nessa cidade, consumada mesmo através da produção de iconografia e arte pública, como se verifica na existência da recente estátua comemorativa do nascimento do rei numa das entradas da cidade. Tais movimentos vão operando uma efetiva construção identitária regional, como que rearticulando peças existentes e adquirindo novos componentes.

No caso, estaremos perante uma ativa construção identitária que se processa em diferentes níveis, não se limitando a uma ação do centro governamental da Nação, nem sequer a uma ação exclusivamente política. Com efeito, do mesmo modo que os sedimentos identitários de matriz histórica foram sobrevivendo apesar da profunda ação estatal, será de esperar que a sua modificação se continue a operar sem o cunho exclusivista de um agente único.

Da leitura cronológica dos dados da nossa análise de conteúdo é possível

então esperar novas posturas identitárias regionais de marcada ação local. Nesse quadro de perspetivas será particularmente relevante esta reflexão sobre o papel da imprensa regional, agente essencial de proximidade. O seu lugar tem muitas vezes sido referido como essencial — frequentemente levado ao extremo e apresentado mesmo como alternativa a uma comunicação globalizada, quase como reconstrutor maior de um espaço público fragmentado. No caso, surge como particularmente pertinente o lugar de Isabel Férrin da Cunha que encontra um posto, na nossa ótica, perfeitamente tradutor dos cenários já explorados. Nas suas palavras, assume-se que “os *media* regionais ou locais não devem ser pensados como formas de resistência aos processos de globalização, mas sim dentro de uma complementaridade cultural voltada para as expectativas de comunidades geograficamente delimitadas” (Cunha, 2008: 382).

Nesse sentido de complementaridade surge-nos com particular pertinência a problematização que vai sendo reiterada a propósito dos novos lugares da proximidade e que espelha bem os contornos do que poderá ser o

papel da imprensa regional. Fugindo ao absurdo de colocar sobre a imprensa regional o peso da exclusividade da preservação e construção identitária regional, devemos, contudo, colocá-la em posto de relevância, como já referido, salvaguardando o seu lugar privilegiado de expressão e agente também construtor da existência comunitária. Nesse sentido, a sua ação deverá ser pensada também para lá do *medium* utilizado, ponderando-se os traços de uma ética da proximidade capaz de posicionar o segmento com mais segurança na complexa trama das sociedades atuais.

No seu esclarecimento a respeito da comunicação como proximidade que será expectável na imprensa regional e local, Paulo Serra refere que a proximidade “não é a “fusão” ou “comunhão” num todo que constituiria uma mera pluralidade de eus mais ou menos silenciosos”, nem tão-pouco “a simetria entre o eu e o tu” (2006: 5). Não sendo fusão, nem simetria, convirá entender a sua dimensão ética, para melhor enquadramento. Pelas palavras de Carlos Camponez, vemos que “a ética da proximidade é uma ética que deixa espaço ao desacordo

e à pluralidade; é, finalmente, uma ética do outro: o outro enquanto expressão de uma alteridade a quem é preciso dar voz, mas também o outro como diferente” (2012: 44). O autor refere ainda que esta será sobretudo uma “ética da responsabilidade” implicando todos os agentes nas variadas áreas da ação social.

Este lugar da proximidade deve também ser pensado atendendo a uma “economia da distância”, “nem demasiado perto, que não permita ver, nem demasiado distante, que não permita o reconhecimento das diferenças” (Camponez, 2012: 44). Mais do que determinar soluções generalistas aplicáveis à miríade de formatos e perfis de publicações de proximidade a respeito da sua relação com a publicidade, com os poderes locais, ou sobre a necessidade de elevar a qualidade dos seus profissionais, entre outras facetas essenciais, concordamos e apontamos também para uma ética de proximidade para a imprensa regional e local que contemple a responsabilidade e o cuidado como valores essenciais. Obviamente que tais reflexões estão ainda aquém do necessário face à aceleração das mudanças

nos fenómenos comunicacionais, no entanto, vão-se configurando como ferramentas capazes de permitir uma redução da invisibilidade e do nevoeiro, posicionando-se nessa “economia da distância” como solução para o “modelo dominante do ‘jornalismo distanciado’” (Camponez, 2012: 44) e assim permitindo à imprensa regional e local o preenchimento de um lugar que é a sua vocação primordial enquanto agente e expressão do viver e do sentir das comunidades nas novas gramáticas identitárias.

Bibliografia

- Bauman, Z. (2006). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: Minerva-Coimbra.
- Camponez, C. (2012). Jornalismo regional: proximidade e distanciamos. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In J. C. Correia, *Ágora, Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades* (pp. 35-48). Covilhã: LabCom.
- Cardy, H. (1997^a). *Construire l'identité régionale: La communication en question*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Castells, M. (1999). O Poder da Identidade. In J. M. Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Catroga, F. (2001^b). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- Catroga, F. (2003). *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto.
- Catroga, F. (2011). *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Edições Almedina.
- Claudino, S. (2006). Portugal Peninsular e os Desafios Regionais. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia* - XLI, 81. Consultado a 14 de dezembro, em 2013 em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_05.pdf.
- Cruz, M. (2006). Ata da sessão de 19/06/2006 do Seminário O Estado e a Problemática da Fronteira, orientado, por Rui Cunha Martins no âmbito do Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Featherstone, M. (1997). *O desmanche da cultura - globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel.
- Gaspar, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Direção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Gil, J. (2008). *Portugal Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Innerarity, D. (2009). *A Sociedade Investível*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Justino, D. (2011). Estado, Território e Nação: dualismos múltiplos nas representações da identidade nacional. In M. F. Amante, *Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática*. Porto: Fronteira Do Caos; CEPESE.
- Martins, R. (2008). *O Método da Fronteira: Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibérica e Americanas)*. Coimbra: Edições Almedina.
- Melo, D. (2006). Beiras e Pátria: o regionalismo beirão e as suas relações com o Estado e sociedade civil no século XX. *Ler História*, 51, ISCTE.
- Mendes, J. (2001). O Desafio das Identidades. In B. S. Santos, *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Oliveira, L. (1996). *Regionalização*. Porto: Edições Asa.
- Pereira, J. (2011). Identidade, Estado e o paradigma da centralização. M. F. Amante. *Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática*. Porto: Fronteira do Caos, CEPESE.
- Rocha, J. (2005). *Regionalização no Âmbito da Administração Autárquica*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de Mestrado.
- Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV (157). Consultado a 23 de junho de 2015, em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6j-F04wy10i67NG6.pdf> ()
- Rosmaninho, N. (2008). António Ferro e a Propaganda Nacional Antimoderna. In L. Torgal & H. Paulo, *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações* (pp. 289-299). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ruivo, F. (2000). *O Estado Labiríntico: O poder relacional entre poderes local e central em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, G. (2008). Política do Espírito: O bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. *Media & Jornalismo* (12), 59-72.
- Serra, P. (2006). Proximidade e Comunicação. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-proximidade-comunicacao.pdf> (acedido a 12/02/2012).
- Simões, P. (2005). *As Fronteiras Internas da Nação: A imagem da beira no estado novo (A Casa das Beiras: 1939-1959)*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Simões, P. (2015). *A Identidade Regional na Imprensa de Proximidade Beirã. Dois periódicos viseenses de 1959 a 2011*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Tese de Doutoramento.